

# Relevância, conciliação de metas e polidez

## Relevance, Goal-Conciliation and Politeness

Gabriela Niero<sup>1</sup>  
Fábio José Rauen<sup>2</sup>

DOI: 10.19177/memorare.v7e2202071-92

**Resumo:** Este trabalho apresenta um panorama de propostas de tratamento pragmático-cognitivo de fenômenos de polidez comunicacional orientadas pela noção teórica de relevância de Sperber e Wilson (1986, 1995). Para dar conta desse objetivo, revisam-se as perspectivas de Escandell-Vidal (1996; 1998), Jary (1998), Ruhi (2008) e Chen (2014). O ensaio analisa potencialidades e fragilidades dessas abordagens no contexto de um estudo mais amplo que trata de fenômenos de polidez, tal como propostos por Brown e Levinson (1987), a partir da tríade de intenções – comunicacional, informacional e prática – desenvolvidas pela Teoria de Conciliação de Metas de Rauen (2014).

**Palavras-chave:** Polidez. Relevância. Comunicação.

**Abstract:** We present in this work an overview of proposals for the pragmatic-cognitive treatment of communicational politeness phenomena guided by Sperber and Wilson's (1986, 1995) theoretical notion of relevance. So, we review the perspectives of Escandell-Vidal (1996; 1998), Jary (1998), Ruhi (2008) and Chen (2014). The essay analyzes potentialities and weaknesses of the approaches in the context of a broader study that deals with politeness phenomena, as proposed by Brown and Levinson (1987), using the triad of intentions – communicational, informational, and practical – developed in Rauen's (2014) Goal-Conciliation Theory.

**Keywords:** Politeness. Relevance. Communication.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. Bolsista do Programa Capes/Prosc. E-mail: gabiniero@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). E-mail: fabio.rauen@unisul.br.

## 1 Introdução

Este trabalho integra pesquisa mais ampla que aborda fenômenos de polidez, tal como propostos por Brown e Levinson (1987), a partir da tríade de intenções – comunicacional, informacional e prática – desenvolvidas pela Teoria de Conciliação de Metas de Rauen (2014). A Teoria da Polidez de Brown e Levinson, inspirada no princípio de cooperação de Grice (1975) e no trabalho de Goffman (1967), assume que as pessoas são agentes racionais com faces positiva e negativa. Por face positiva, os autores definem o desejo dos indivíduos de que suas ações sejam aceitas pelos outros; por face negativa, o desejo de que suas ações não sejam impedidas. Como esses desejos dependem do consentimento alheio, os autores sugerem que a preservação das faces mediante estratégias de polidez é geralmente de interesse mútuo.

Nossa noção de face deriva daquela de Goffman (1967) e do termo folclórico em inglês que liga a face às noções de estar constrangido ou humilhado ou “perdendo a face”. Assim, a face é algo em que há investimento emocional e que pode ser perdida, mantida ou intensificada e que tem que ser constantemente cuidada numa interação. Em geral, as pessoas cooperam (e pressupõem a cooperação mútua) na manutenção da face na interação, sendo essa cooperação baseada na vulnerabilidade mútua da face. Isto é, a face de qualquer um depende normalmente da manutenção da face de todos os outros e, como se pode esperar que as pessoas defendam suas faces quando ameaçadas, ao defender suas próprias faces, ameaçam a face dos outros, geralmente é de interesse de cada participante manter a face do outro, isto é, agir de forma a assegurar aos outros participantes que o agente está atento às pressuposições relativas à face ameaçada. (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 61, grifos no original).<sup>3</sup>

A Teoria de Conciliação de Metas de Rauen (2014), fundamentada na noção teórica de relevância de Sperber e Wilson (1986, 1995), é uma proposta de tratamento da ação comunicacional humana em termos de planos intencionais em direção à consecução colaborativa de metas heteroconciliáveis<sup>4</sup>. A teoria modela a ação em quatro estágios, compreendendo a projeção de uma meta e a formulação, a execução e a checagem de pelo menos uma hipótese abductiva antifactual ótima que conecta uma ação antecedente plausível com o consequente projetado. Nessa arquitetura, concebem-se processos ostensivos do falante em termos de conversão de intenções práticas em intenções informativas e comunicativas: intenções práticas são atingidas quando a audiência reconhece que o falante tornou mutuamente manifesto ou mais manifesto certo conjunto de suposições mediante estímulos ostensivos, abertos ou comunicativos. Assim, estímulos comunicativos em geral e enunciados linguísticos em particular contêm intenções comunicativas superordenadas por intenções informativas superordenadas por intenções práticas.

Assumindo a precedência da noção teórica de relevância nessa arquitetura, cabe verificar a pertinência descritivo-explanatória da própria Teoria da Relevância para o tratamento de fenômenos de

<sup>3</sup> As traduções são integralmente de nossa responsabilidade.

<sup>4</sup> Por *conciliação de metas* Rauen (2014) define certa situação na qual um estado futuro qualquer satisfaz uma meta projetada. Quando isso ocorre de forma individual, há uma *autoconciliação de metas*; quando isso ocorre de modo coletivo e envolve processos de comunicação, há uma *heteroconciliação de metas*.

polidez comunicacional. Sperber e Wilson (1986) propuseram a Teoria da Relevância para tratar processos pragmático-cognitivos envolvidos na compreensão de enunciados. A teoria fundamenta-se no *princípio cognitivo* de que a mente humana maximiza efeitos cognitivos dos *inputs* a que é submetida e no *princípio comunicativo* de que enunciados geram expectativas precisas dessa maximização. *Relevância* é uma propriedade dos *inputs* direcionados à cognição. Um *input* é relevante quando efeitos cognitivos positivos superam esforços despendidos para obtê-los: fortalecendo suposições prévias, contradizendo e, assim, eliminando suposições prévias, ou gerando implicações derivadas da interação com suposições prévias. Em contextos iguais, a relevância é maior quando efeitos cognitivos são maiores ou quando esforços de processamento são menores.

Segue do princípio comunicativo de relevância a noção teórica de *presunção de relevância ótima* e dessa presunção um *procedimento de compreensão orientado pela noção teórica de relevância*. Um enunciado é presumido como otimamente relevante quando é pelo menos relevante o suficiente para merecer o esforço de processamento do ouvinte e o mais relevante possível conforme habilidades e preferências do falante. Assim, diante de estímulos ostensivos do falante, cabe ao ouvinte seguir um caminho de esforço mínimo na computação de efeitos cognitivos, considerar interpretações em ordem de acessibilidade e encerrar o processamento quando sua expectativa de relevância ótima for satisfeita.

Dada a ênfase ao processamento mental de informações, a Teoria da Relevância recebeu críticas por supostamente ignorar a dimensão social da linguagem e, deste modo, ser incapaz de dar conta de fenômenos pragmáticos prevalentemente sociais como os de polidez comunicacional<sup>5</sup>. Todavia, Sperber e Wilson (1997, p. 147) esclarecem que “a comunicação inferencial é intrinsecamente social, não apenas porque é uma forma de interação, mas também, menos trivialmente, porque explora e amplia o escopo das formas básicas de cognição social”. Os autores complementam: “certo ou errado, esta é uma forte reivindicação sociológica”.

Considerando a viabilidade desse encaminhamento, este estudo analisa potencialidades e fragilidades de propostas de tratamento pragmático-cognitivo de fenômenos de polidez comunicacional orientadas pela noção teórica de relevância e propõe caminhos por onde desenvolver essas potencialidades e enfrentar essas fragilidades em termos proativos orientados pela noção de conciliação de metas. Para isso, revisam-se nas próximas seções as propostas de Escandell-Vidal (1996; 1998), Jary (1998), Ruhi (2008) e Chen (2014)<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Christie (2007, p. 272-279) sugere quatro vantagens da teoria da relevância nesta empreitada: a universalidade dos princípios cognitivo e comunicacional ao contrário do princípio cooperativo, da teoria de atos de fala e teoria da face; o provimento de uma perspectiva unificada tanto de polidez antecipada como de polidez inferida/implicada; a ênfase na atribuição de interpretações polidas em vez de se concentrar nas propriedades dos enunciados; e a possibilidade de acomodar variações culturais e contextuais de polidez.

<sup>6</sup> Entre estudos de polidez orientados pela relevância, também podem ser citados: Clark (1993), Christie (2007), Coupland e Jaworski (1997), Groefsema (1995), Haugh (2015), Jucker (1988), Ruytenbeek (2019), Watts (1989, 2003). Em língua portuguesa, pode-se citar o estudo de Lourenço e Godoy (2017). Outros textos podem ser obtidos em Yus (2019).

## 2 Escandell-Vidal e abordagem cognitiva da polidez

Victoria Escandell-Vidal produziu dois textos sobre polidez e relevância. Em *Towards a Cognitive Approach to Politeness* (1996), explora como uma pragmática cognitiva orientada para a relevância pode lidar com a contradição entre aspectos universalistas da polidez e aqueles específicos da cultura. Em *Politeness: A Relevant Issue for Relevance Theory* (1998), argumenta que usos estratégicos de formas linguísticas com propósitos sociais dependem de expectativas sobre o que vale como comportamento linguístico adequado.

Conforme Escandell-Vidal (1996, p. 630), superando a noção formalística tradicional de polidez enquanto “uma série de sinais de respeito ou deferência, cujo uso é determinado pela organização social e pelo status dos participantes na interação”, abordagens universalistas e estratégicas de escopo funcionalista, que caracterizam os estudos de primeira onda da polidez, concebem-na como um conjunto de estratégias conversacionais que evitam conflitos e atritos entre partes (LAKOFF, 1975) ou que viabilizam a comunicação entre falantes potencialmente agressivos (BROWN; LEVINSON, 1987)<sup>7</sup>. Em comum, essas abordagens assumem que uma das razões para usar enunciados indiretos é ser polido e que o conteúdo de enunciados indiretos polidos emerge de implicaturas. Segue disso que o grau de polidez é diretamente proporcional aos passos inferenciais demandados e que os mecanismos de polidez são universais por serem baseados em princípios e processos universais de inferência.

Essas abordagens, todavia, colidem com evidências de que a polidez depende de aspectos culturais específicos. Como exemplo, Escandell-Vidal retoma o enunciado clássico de Kerbrat-Orecchioni (1994) “*Você pode passar o sal?*”, uma vez que ele seria tratado como uma forma polida de pedir o sal entre ingleses, espanhóis (e, acrescentamos, brasileiros); como uma formulação estranha entre russos e poloneses, pois a capacidade de passar o sal para esses interlocutores é considerada tácita; e mesmo como ofensivo entre tailandeses, pois questionaria as habilidades desses interlocutores de executar a tarefa. Se a interpretação de enunciados desse tipo depende da cultura, elaborar interrogação indireta não pode ser universalizado como estratégia polida para pedidos. Para a autora, isso também ocorre com a indireção, pois é impossível prever a interpretação correta de qualquer ato de fala indireto, e a maior parte das interpretações de atos de fala polidos não decorre de implicaturas, mas de convenções sociais.

Posto isso, Escandell-Vidal (1996, p. 633-634) propõe explicar polidez a partir de três ideias básicas das teorias cognitivas: a ideia de que a mente é um sistema simbólico, a ideia de que o conhecimento humano é altamente estruturado, e a ideia de que percepção, comportamento e compreensão dependem crucialmente de conhecimento prévio. Ela sugere que a polidez deva ser tratada a partir da noção de *frame* – um conjunto organizado de conhecimentos específicos para a compreensão de fatos, objetos e fenômenos – em especial porque *frames* organizam expectativas com as quais as pessoas

<sup>7</sup> Para uma apreciação histórica dos estudos de polidez, leia-se, por exemplo, Culpeper (2011).

antecipam interpretações de novas informações, algo essencial em Teoria da Relevância<sup>8</sup>. A autora destaca que esse tipo de conhecimento é específico porque decorre de diferentes situações com ações, participantes e propriedades específicas; e, sobretudo, porque está infuso em suposições culturais específicas que governam a interação de modo permanente e automático e são, em geral, mais resilientes a contradições<sup>9</sup>.

Vale destacar que não se reivindica qualquer correlação entre tipos de enunciados e atos ilocucionários em Teoria da Relevância. Segundo Sperber e Wilson (1986), tipos específicos de enunciados codificam apenas informações processuais com as quais constroem a direção por onde se obtém relevância e restringem o conjunto de interpretações contextuais possíveis. Orientado pela presunção de relevância e restringido por pistas processuais, o intérprete seleciona um contexto que produzirá uma interpretação otimamente relevante.

Além disso, a teoria opera com as noções de *explicaturas* – suposições que o falante comunica explicitamente e que podem ser desenvolvidas diretamente da forma lógica do enunciado – e de *implicaturas* – suposições recuperadas por inferência. Essas noções não são paralelas às de decodificação e inferência, e implicaturas podem ser requisitadas no próprio desenvolvimento de explicaturas. Assim, se não é possível a distinção entre decodificação e inferência, segue que não é possível distinguir atos de fala diretos e indiretos e que o conceito de indireção como estratégia de polidez não se sustenta. Se o intérprete presume que o processamento de uma instância de comunicação intencional vale a pena e que esse estímulo provê um equilíbrio ótimo de custos e benefícios cognitivos, então presume que esforços cognitivos adicionais devem ser compensados por efeitos cognitivos adicionais. Logo, é o cálculo da relevância que determina a polidez e não a distância inferencial.

Em seguida, Escandell-Vidal (1996, p. 638-647) explora em que medida a Teoria da Relevância pode fornecer um quadro adequado para uma teoria geral de polidez, a despeito de críticas de que ela ignora a dimensão social da comunicação<sup>10</sup>. Para ela, a interpretação de enunciados polidos segue o mesmo caminho ostensivo-inferencial de compreensão de qualquer outro enunciado, e “aspectos sociais da comunicação têm de ser explicados em termos da estrutura e do conteúdo do conhecimento”, de forma que “a ênfase deve ser colocada especialmente no contexto, e não em dispositivos inferenciais” (p. 640).

A noção de contexto, que desempenha um papel crucial na interpretação de enunciados, está claramente relacionada ao conhecimento, dado que é um subconjunto particular de todo o conjunto de suposições em um momento particular. A vantagem de usar uma noção interna (cognitiva) de contexto é que ela nos permite fornecer uma análise unificada de

<sup>8</sup> Como a autora, tomamos *frame* em sentido largo como “conjuntos de conhecimentos organizados” (1996, p. 634), reconhecendo na literatura de inteligência artificial a pertinência de diferentes definições para o termo como as de Hymes (1974) e Minsky (1975, 1986) ou a proposição de diferentes rótulos como os *esquemas* de Rumelhart (1975), os *scripts* de Schank e Abelson (1977) e os *cenários* de Sanford e Garrod (1981).

<sup>9</sup> Essa resiliência explicaria, por exemplo, porque as pessoas estranham ou atribuem como incorretos comportamentos culturais inesperados ou, em contato com culturas diferentes, assimilam à parte suposições da outra cultura sem modificar suposições culturais anteriores.

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, Mey e Talbot (1988) e O’Neill (1988).

fatores externos e suposições internas. Nas nossas mentes, declarações prévias, situação extralinguística e conhecimento enciclopédico têm todas o mesmo status: são todas representações internas. Isso abre a possibilidade de uma pragmática da ação social: os aspectos sociais e situacionais da comunicação são interessantes para a pragmática cognitiva porque eles são mapeados por representações mentais. (ESCANDELL-VIDAL, 1996, p. 640).

Vejamos dois exemplos fornecidos pela autora: “*Você pode passar o sal?*” e “*Oh, você cortou o cabelo!*”. O primeiro enunciado, como vimos, pode ser interpretado como um pedido polido em inglês, espanhol (ou português), como uma pergunta literal em russo e polonês, ou como um insulto em tailandês. Conforme Escandell-Vidal, é possível explicar essas diferenças assumindo que membros dessas culturas “internalizaram diferentes conjuntos de suposições sobre rotinas linguísticas e interacionais” (1996, p. 641) em vez de estratégias exclusivamente racionais e universais de polidez. O segundo enunciado, por sua vez, foi pensado na convivência social. Se alguém corta o cabelo, espera que conhecidos próximos sejam polidos e façam comentários do tipo “*Oh, você cortou o cabelo!*”, mesmo que esses comentários não gerem efeitos contextuais novos e, desse modo, sejam potencialmente inexplicáveis em termos de relevância. Trata-se antes de expectativas culturais do que de estratégias universais. Observe-se que ambos os enunciados não são intrinsecamente polidos. O que determina efeitos de (im)polidez, um forte argumento para explicá-los cognitivamente, é a combinação das formas linguísticas com suposições cognitivas sobre convenções sociais e culturais dos ouvintes que se tornam mutuamente manifestas em situações específicas. Formas linguísticas impolidas tendem a ser mais relevantes porque derivam de comportamentos inesperados que não correspondem às expectativas ou que não respeitam as convenções; e formas polidas serão relevantes justamente quando evitarem ou amenizarem efeitos de impolidez.

Em síntese, Escandell-Vidal (1996), insurge-se contra a associação direta entre polidez e indireção e contra a universalidade de atos de fala polidos. Se a mente é um sistema simbólico contextual estruturado, emergências e processamentos adequados de comportamentos neutros ou (im)polidos podem ser tratados em termos de mobilização de frames organizados a partir de balizas culturais. A contribuição objetiva da Teoria de Conciliação de Metas é a de sugerir que, além disso, essa mobilização está a serviço da heteroconciliação de metas práticas. Nesse caso, cabe a uma perspectiva abdução-dedutiva orientada pela noção de conciliação observar como o ouvinte integra avaliações de polidez na apreensão dedutiva de explicaturas e implicaturas, e como o comunicador integra avaliações de polidez na própria proposição abdução de estímulos ostensivos, algo que extrapola o domínio descritivo-explanatório da Teoria da Relevância<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Por hipótese, “*Você pode passar o sal?*” é um estímulo ostensivo projetado para atingir a meta prática de “obter sal”, e problemas de interpretação de eslavos e tailandeses emergem de dificuldades em processá-lo como uma instância polida de ação intencional em direção a heteroconciliação dessa meta. A meta prática posta em cena em “*Oh, você cortou o cabelo!*” é mais sutil e, como veremos em Jary (1998), tem a ver com questões de longo prazo direcionadas à promoção da boa convivência social.

### 3 Escandell-Vidal e polidez como adequação social

Em 1998, assumindo que a noção de adequação social precede à de estratégia, Escandell-Vidal oferece diretrizes para explicar manobras e efeitos de polidez e investiga se ou em que sentido polidez é uma implicatura, é comunicada ou é relevante. Conforme a autora (1998, p. 46, grifos no original):

De fato, no significado padrão da palavra *polido* pelo menos três dimensões podem ser identificadas: 1) *polido* como civil ou socialmente correto; 2) *polido* como gentil ou amistoso; e 3) *polido* como fino ou diplomático. Uma rápida olhada na literatura mostra facilmente que diferentes pesquisadores favoreceram diferentes sentidos. Ecoando Fraser (1990), pode-se dizer que para Leech (1983) ser polido envolve fazer o ouvinte ‘sentir-se bem’ (*polido* como amigável); para Brown & Levinson (1987) significa fazê-lo não ‘se sentir mal’ (*polido* como diplomático); para o próprio Fraser é ‘o estado esperado’ (*polido* como socialmente correto)<sup>12</sup>.

Ela afirma que as abordagens de Leech (1983) e de Brown e Levinson (1987), embora opostas, como características suficientes para explicar o fenômeno, enfatizam aspectos funcionais, com os quais superam uma noção arbitrária de polidez como convenção social, e distinguem estratégias de polidez positiva e negativa, com as quais o falante mostra apreço à audiência ou evita ser intrusivo. Ambas, contudo, deixam escapar que estratégias de polidez decorrem da exploração de comportamentos e expectativas sociais padronizadas. Para ela, “embora analisar movimentos estratégicos seja uma parte significativa de uma teoria da polidez, somente a adequação social pode ser uma noção primitiva” (1998, p. 46)<sup>13</sup>.

A polidez pode ser concebida, assim, como uma questão de adequação social. Polidez é a palavra que usamos para nos referirmos a um comportamento (linguístico) de acordo com um determinado conjunto de normas culturais: esse é o seu significado central; usos estratégicos da linguagem deveriam ser parasíticos. Apenas se uma caracterização detalhada é fornecida primeiro do que conta como socialmente adequado é que se pode oferecer uma perspectiva adequada de manobras de maior alcance. (ESCANDELL-VIDAL, 1998, p. 47).

Admitindo a correção dessa perspectiva, cabe perguntar como aspectos de adequação social sensíveis à cultura podem ser abordados cognitivamente. A resposta da autora (1998, p. 47) é direta: “se polidez é baseada em expectativas,<sup>14</sup> isto pode ser explicado em termos de conhecimento; se assim for, uma abordagem psicológica ou cognitiva será capaz de explicá-la”. Para isso, ela sugere incorporar a noção de *epidemiologia das representações* que sustenta a Teoria de Cultura de

<sup>12</sup> Conforme Chen (2014, p. 118), abordagens divergentes a partir da perspectiva do falante ou de perspectivas comunicativas externas decorrem parcialmente da natureza polissêmica dos termos ‘polido’ e ‘polidez’.

<sup>13</sup> A autora retoma a argumentação de Fraser, para quem os participantes possuem um conjunto prévio de direitos e obrigações que orientam expectativas conversacionais vindouras. Segundo Fraser (1990, p. 232), “o status, o poder e o papel de cada falante e a natureza das circunstâncias” são parâmetros relevantes para calcular esse conjunto inicial de direitos e obrigações. Escandell-Vidal (1998) observa que status, poder, distância, papel social ou face são parâmetros abstratos universais cujos valores são culturalmente determinados.

<sup>14</sup> Para a autora, expectativas são (meta)representações mentais, que conectam estados e eventos por relações causais e são progressivamente reforçadas por confirmações posteriores. Esse nexos pode ser natural ou convencional. Maçãs caem da mão quando soltas; favores provavelmente devem ser seguidos de expressões de gratidão. “A primeira expectativa tem uma base natural e pertence à física ingênua; a segunda depende de convenção e tem a ver com polidez.” (ESCANDELL-VIDAL, 1998, p. 48).

Sperber (1996). Para essa teoria, certas representações são reiteradamente comunicadas e distribuídas no grupo social, de tal modo que a maioria dos seus membros passam a ter alguma versão mental delas. Segundo Sperber (1996, p. 33), “quando falamos de representações culturais, nós temos em mente – ou deveríamos ter em mente – tal distribuição ampla e duradoura de representações”. Entre elas, segundo a autora, destacam-se certas representações aprendidas no convívio social e culturalmente parametrizadas que têm a ver com o uso social adequado ou polido de expressões linguísticas.

Postas essas questões, Escandell-Vidal discute o status da polidez em Teoria da Relevância e, para isso, usa distinções estabelecidas em Wilson e Sperber (1993) sobre diferentes formas de transmissão de suposições como ponto de partida. Conforme os autores, enunciados tornam certas suposições (mais) manifestas e processáveis. Porém, nem todas as suposições transmitidas, inclusive relevantes, precisam ser ostensivamente comunicadas. O sotaque de um falante, por exemplo, pode ser acidentalmente transmitido, mas não é razoável presumir que informações sobre a origem do falante viabilizadas por seu sotaque foram transmitidas ostensivamente: elas não foram comunicadas intencionalmente, mas acidentalmente transmitidas. O mesmo ocorre se o falante quiser pelo sotaque transmitir de forma encoberta a (falsa) suposição de que é de certa origem. A intenção de transmitir uma suposição não é condição suficiente para dizer que ela foi comunicada. Observe-se, entretanto, que esse não é o caso quando alguém deliberada e explicitamente imita o sotaque de outra pessoa ostensivamente.

Neste caso, a mudança é intencional e aberta (mutuamente manifesta) e, assim, chamará sua atenção como um estímulo que carrega uma suposição comunicada. Uma expectativa de relevância surgirá de acordo com a qual você será encorajado a procurar não apenas por uma interpretação relevante, mas por uma interpretação otimamente relevante. (ESCANDELL-VIDAL, 1998, p. 50).

O que Escandell-Vidal propõe é que a distinção dessas três formas de transmissão de informação (não intencional, intencional encoberta e intencional aberta) pode ser estendida para compreendermos efeitos de polidez. Se enunciados como “*How do you do?*” em contextos padronizados de apresentação pessoal ou comportamentos polidos fingidos entre desafetos não comunicam polidez, esse não é o caso de uma mãe que, diante da demora do filho, profere um enunciado como “*Is his royal highness ready for dinner?*”.

Meu ponto é, portanto, que o sentido em que se pode dizer que um enunciado comunica polidez (ou falta de polidez) é muito restrito, somente quando a (im)polidez é tanto intencional quanto aberta ela pode transmitir uma suposição comunicada; só neste caso ela transmite uma presunção de relevância, e, então o ouvinte deve prestar atenção, porque prevê um equilíbrio ótimo entre esforço de processamento e efeitos cognitivos. Caso contrário, será no máximo uma suposição transmitida, mas nunca constituirá uma mensagem comunicada. (ESCANDELL-VIDAL, 1998, p. 52).

Essas questões levam a autora a questionar quando polidez é relevante. Apesar de haver casos onde a polidez pode ser relevante sem ter sido comunicada, argumenta que efeitos de polidez serão notados

somente quando eles não preencherem as expectativas do ouvinte ou as preencherem de forma muito explícita. Nesses casos, suposições veiculadas pelo enunciado (im)polido combinam-se com suposições do ouvinte sobre o que conta como comportamento (im)polido nas relações sociais.

Observe-se que para Escandell-Vidal a Teoria da Relevância oferece ferramentas úteis para distinguir vários tipos de transmissão de suposições e para derivar consequências explicativas dessas distinções. “É a intencionalidade que transforma um uso<sup>15</sup> em uma estratégia; e é a manifestação mútua que transforma uma suposição veiculada em uma suposição comunicada” (1998, p. 54). Para o falante, *intencionalidade* é central para distinguir entre usar formas padronizadas (certas ou erradas) e explorar expectativas, e *manifestação mútua* é central para distinguir transmissão e comunicação de suposições sobre relações sociais. Para o ouvinte, somente *comunicação ostensiva* garante a presunção de uma interpretação otimamente relevante: tudo o mais é obtido por sua conta e risco.

Em síntese, o texto de 1998, reforça a ascendência de fatores culturais sobre avaliações de polidez. A exploração estratégica de polidez, aspecto que pode ser concebido em planos de ação intencional, decorre do conhecimento de comportamentos e expectativas sociais padronizadas enquanto produtos de uma epidemiologia de representações (SPERBER, 1996). Segue disso que apenas estímulos ostensivos (transmissão intencional aberta) integrariam esses planos, bastando acrescentar pelo menos uma intenção prática superordenando respectivas intenções informativas e comunicativas. Todavia, como veremos mais adiante no texto de Ruhi (2008), uma perspectiva nessa direção pode ser reducionista se considerarmos que atos podem ser interpretados como polidos, mesmo quando encobertos ou acidentais.

#### 4 Jary e as rotas de interpretação de enunciados polidos

Mark Jary (1998), em *Relevance Theory and the Communication of Politeness*, argumenta que polidez é fruto de expectativas sobre comportamentos sociais previamente estabelecidos, entre outros motivos porque, conforme Kasper (1990, p. 193), “membros adultos competentes comentam ausência de polidez onde ela é esperada e sua presença onde ela não é esperada”. Ele incorpora de Brown e Levinson (1987) o argumento de que estratégias de polidez decorrem de relações com os interlocutores, mas considera essas relações sem assumir que a razão para o comportamento verbal polido é necessariamente comunicar uma camada adicional de significado. Excluindo do modelo de Brown e Levinson (1987) suposições baseadas em normas e em atos de fala incompatíveis com a Teoria da Relevância, Jary (1998, p. 2-3) assume dos autores que a escolha de formas linguísticas e estratégias pragmáticas visa a mitigar danos potenciais à face, acrescentando que a principal motivação do falante é “manter ou criar status dentro do grupo e/ou garantir seu bem-estar contínuo tanto de longo como de curto prazo”.

<sup>15</sup> No sentido de ato de fala formalmente convencionalizado como polido ou impolido.

Conforme Jary, aceitar contribuições da Teoria da Relevância nos estudos de polidez implica questionar o que é comunicado pela polidez linguística, caso algo seja comunicado.

Na perspectiva de comunicação baseada em normas de Brown e Levinson, o objetivo da polidez é comunicar polidez, e engajar-se sinceramente em comportamento polido – usando formas ou estratégias linguísticas polidas, por exemplo – necessariamente comunica polidez<sup>16</sup>. Em contraste, a Teoria da Relevância prevê que nem polidez nem qualquer outra coisa acima e além da mensagem subjacente será *necessariamente* comunicada pelo uso dessas formas e estratégias. Em vez disso, esse comportamento resultará em uma camada adicional de comunicação somente se: (a) fornece evidências para o ouvinte de que as suposições que ele havia considerado manifestas não eram de fato assim, (b) a intenção do falante é esta, (c) essa intenção é mutuamente manifesta. (JARY, 1998, p. 6-7, *itálicos no original*).

Se os interlocutores antecipam polidez, isso significa em Teoria da Relevância que eles se engajam em interações com certo número de suposições mutuamente manifestas sobre conteúdos socialmente permitidos. Nesse ponto, Jary retoma a distinção de Watts (1989) entre *comportamentos políticos*, ajustados às expectativas e determinados culturalmente para manter equilíbrio nas relações sociais, e *comportamentos polidos*, tentativas egocêntricas estratégicas de modificação do ambiente cognitivo do ouvinte. Posto isso, assume que a noção de intenção é fundamental para distinguir esses tipos de comportamento, mesmo que os falantes nem sempre desejem o reconhecimento de suas intenções e, assim, comuniquem polidez.

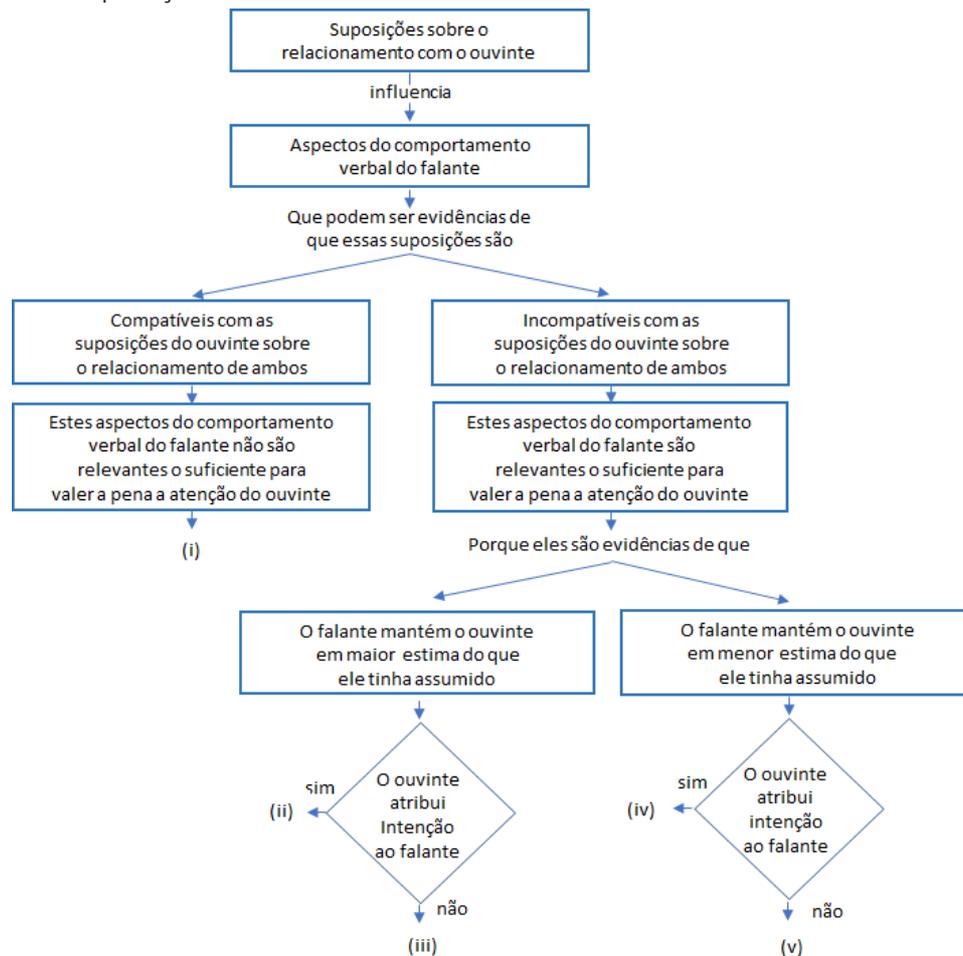
Para Jary (1998, p. 10-11), é difícil sustentar que a motivação para o comportamento polido é comunicar polidez, porque a (im)polidez somente é notada/relevante quando algum aspecto do comportamento do falante fornece evidências de que ele considera o ouvinte em maior ou menor estima do que o ouvinte supunha. Se suposições tornadas manifestas por esse comportamento modificam o ambiente cognitivo do ouvinte, e a relevância desta modificação decorre de evidências sobre a estima que o falante tem do ouvinte, então duas conclusões possíveis podem ser extraídas: o falante detém o ouvinte em maior ou menor consideração do que o ouvinte havia assumido como mutuamente manifesto.

Conforme Jary (1998, p. 9), para chegar a uma conclusão sobre o comportamento do falante, o ouvinte segue cinco rotas de interpretação, conforme figura 1, a seguir.

---

<sup>16</sup> Para Brown e Levinson (1987, p. 95, colchetes no original), polidez é “a maior fonte de desvio da eficiência racional [de falar de acordo com as máximas de Grice], e é comunicada precisamente por esse desvio”.

Figura 1: Rotas de interpretação



Fonte: Jary (1998, p. 9)

Para o ouvinte, a rota (i) representa uma troca não marcada em termos de polidez. Nesse caso, nenhum aspecto do comportamento do falante evidencia suposições incompatíveis com aquelas esperadas do ouvinte. As rotas (ii) e (iii) representam trocas nas quais o comportamento do falante manifesta mais estima pelo ouvinte do que esperado, e as rotas (iv) e (v) representam o inverso. Nesses casos, suposições que modificam o ambiente cognitivo do ouvinte são relevantes apenas quando ele reconhece que a estima maior/menor do falante decorre de algum objetivo de curto/longo prazo. As rotas (ii) e (iv) representam casos nos quais o ouvinte atribui ao falante a intenção de que seu comportamento verbal tenha o efeito em questão, e as rotas (iii) e (v) representam casos em que isso não ocorre. A interpretação de casos intencionais de estima a maior (ii) ou a menor (iv) depende da motivação atribuída ao falante. Por exemplo, o ouvinte pode interpretar o estímulo como bajulação insincera no primeiro caso ou como agressão no segundo. Por sua vez, evidências não intencionais de estima a maior (iii) ou a menor (v) provavelmente decorrem de erros de cálculo do falante.

Em seguida, Jary destaca que estímulos ostensivos do comunicador tornam um conjunto de suposições (mais) manifesto ao destinatário. Conforme Sperber e Wilson (1995, p. 176-183), seguindo a presunção de relevância ótima, cabe ao destinatário determinar quais das suposições deste conjunto são membros do subconjunto *I* de suposições

que o comunicador pretende tornar (mais) manifestas, assumindo *a priori* que essa escolha é limitada pela presunção de que o estímulo é otimamente relevante. Para o autor, todavia, existem outras restrições, entre as quais a consecução de metas de curto e de longo prazo do comunicador<sup>17</sup>. Se isso estiver correto, cabe ao destinatário assumir que o comunicador produziu estímulos que favorecem consecuições de suas metas<sup>18</sup>.

Dado que Jary (1998, p. 11) denomina suposições que favorecem consecuições de metas como *implicações benéficas* e as demais de *implicações prejudiciais*, espera-se de um comunicador racional que “seu estímulo manifeste apenas suposições que são implicações neutras ou benéficas”. Assumindo que as evidências devam também ser relevantes e, além disso, devam ser ou parecer sinceras<sup>19</sup>, a escolha do estímulo não é apenas restringida pelo desejo de “não manifestar suposições prejudiciais”, mas pela “necessidade de ser visto como agindo com sinceridade em relação a quaisquer implicações benéficas que resultam de seu comportamento” (1998, p. 12)<sup>20</sup>. Para atender a essas restrições, segundo Jary (1998, p. 12-13), comunicadores racionais optariam pela rota (i), favorecendo a correção da estimativa de apreço do destinatário; usariam a rota (ii) apenas para reparar danos; usariam a rota (iii) somente quando a elevação da estima fosse maquiavélica; e, sobretudo, evitariam a rota (iv), a não ser que quisessem deliberadamente ofender ou insultar, e (v)<sup>21</sup>.

Para atingir metas de curto e longo prazo, conforme Jary, os comunicadores escolheriam formas linguísticas e/ou estratégias pragmáticas (a) de indexação social não marcada de polidez com as quais fornecem evidências de que a estimativa do ouvinte sobre a estima que o falante tem sobre ele é correta; (b) de elevação de estima, que serão eficientes quando essa intenção se manifestar ao ouvinte em casos de reparo e quando isso não ocorrer em casos de manipulação maquiavélica; e, acrescentamos, (c) de rebaixamento de estima, quando a intenção é a de produzir enunciados ostensivamente impolidos.

Em síntese, Mark Jary (1998) argumenta que avaliações de polidez decorrem de padrões culturais, endossando a argumentação de Escandell-Vidal (1996), e de cálculos de estima entre interlocutores, assumindo que a mitigação de danos potenciais à face à Brown e Levinson (1987), a criação/manutenção de status e a garantia de bem-estar contínuo motivam o uso estratégico de formas e estratégias polidas. O autor explora cinco rotas de avaliações de estima derivadas

<sup>17</sup> Segundo Jary (1998, p. 11), fazer o destinatário fazer algo ou acreditar em algo são exemplos de metas de curto prazo; tornar-se um membro querido e respeitado no grupo é um exemplo de meta de longo prazo.

<sup>18</sup> Algo abrigado na noção de *preferência* da segunda cláusula da *presunção de relevância ótima*, acrescentamos.

<sup>19</sup> Consequentemente, “implicações semelhantes podem ser benéficas em um contexto (onde a sinceridade é assumida), mas prejudiciais em outro (onde não é)” (JARY, 1998, p. 12).

<sup>20</sup> “Isso corresponde à intuição de que polidez é uma questão de equilíbrio, entre parecer rude e parecer ‘polido demais’” (JARY, 1998, p. 12).

<sup>21</sup> Não há necessidade de a interpretação das ações pretendidas pelo falante ser a mesma do ouvinte. “Na relação ouvinte/falante não há um conjunto de suposições mutuamente manifestas, mas em vez disso, dois conjuntos – um de cada um – que, ambos os participantes assumem, se assemelham ao outro em um alto grau. Através da comunicação ostensiva (e da observação do comportamento não ostensivo do outro), os comunicadores procuram garantir que esses conjuntos de suposições continuem a assemelhar-se e a estender seu conteúdo. Assim, as interpretações na figura 1, do ponto de vista de um observador e dos próprios participantes, não precisam concordar quanto à rota adotada em uma instância particular.” (JARY, 1998, p. 13).

do processamento cognitivo do comportamento do comunicador pelo ouvinte e, de fato, produz *insights* com os quais é possível trabalhar as rotas (i), (ii) e (iv) em termos de planos de ação intencional. As rotas (iii) e (v), contudo, sugerem que avaliações de polidez podem ser feitas a despeito das intenções do comunicador, aspecto que Ruhi (2008) explora a seguir com sua noção de polidez como efeito perlocucionário.

## 5 Polidez como metarrepresentação

Şükriye Ruhi (2008), em *Intentionality, Communicative Intentions and the Implication of Politeness*, propõe estudar polidez no domínio do conceito de intencionalidade<sup>22</sup>. Para ela, há dois significados inter-relacionados de intencionalidade. Em sentido restrito, conforme Bratman (1999), trata-se da capacidade da mente de engajar-se em raciocínios de meios-e-fins no planejamento de resultados desejados. Em sentido amplo, conforme Searle (1983), trata-se da capacidade tanto de a mente dirigir-se a, de estar envolvida com ou de representar pensamentos, crenças, desejos, emoções e finalidades, como de ser capaz de atribuir estados mentais semelhantes aos outros. Essa capacidade explica a emergência do significado como metarrepresentações do pensamento do falante contendo proposições explicitamente declaradas ou inferidas, atitudes proposicionais e impressões expressivas de pistas verbais.

O destinatário do enunciado “Vai chover” pode representar esta representação do mundo como “Ela disse que vai chover” ou atribuir uma crença ao falante na forma de “Ela acredita que vai chover”. [...] O enunciado também pode ser representado como “Ela pretende que eu acredite que ela acredita que vai chover” ou “Ela pretende que eu acredite que vai chover”<sup>23</sup>. (RUHI, 2008, p. 288, aspas no original).

Considerando que intenções comunicativas são um tipo de intencionalidade meramente, Ruhi (2008, p. 288) propõe que polidez é “um fenômeno metarrepresentacional que diz respeito ao domínio da intencionalidade e não às intenções comunicativas em si”<sup>24</sup>.

Vejamos um exemplo em turco no qual a mãe, preparando a refeição na cozinha, chama a filha (1a) que, olhando em direção às prateleiras mais altas, responde (1b):

(1a) Mãe: Selvi boylum al yazmalım?  
My one who is as tall as a cypress and with a red kerchief?  
Minha única que é alta como um cipreste e com um lenço vermelho?

(1b) Filha: Neyi istiyorsun?  
Which do [you] want?  
Qual [você] quer? (RUHI, 2008, p. 288-289)

<sup>22</sup> Ruhi (2008) utiliza o paradigma da Teoria da Relevância para investigar enunciados polidos convencionais e não convencionais, complementando-o com noções da linguística cognitiva como esquemas de imagem, metáforas conceituais e metonímias, temas que não serão destacadas neste ensaio.

<sup>23</sup> Tradicionalmente, falantes são femininos e ouvintes masculinos em teoria da relevância.

<sup>24</sup> Conforme complementa Ruhi (2008, p. 288, aspas no original): “Concebido dentro de uma perspectiva teórica da relevância (SPERBER & WILSON, 1995 [1986]) e consistente com o entendimento de que a polidez é uma avaliação subjetiva do comportamento (linguístico) (WATTS, 2003), argumento que avaliações de polidez podem existir na interação em nível de “consciência de background” (O’DRISCOLL, 1996, p. 1) na comunicação (mas não necessariamente “despercebida”), e que pode ser uma metarrepresentação emergente do comportamento (linguístico) (isto é, “percebido” no sentido forte) através da integração de metarrepresentações de intenções (comunicativas) com metarrepresentações avaliativas dos atos sociais dos interagentes (por exemplo, ser gentil, atencioso, rude, etc.)”.

O enunciado da mãe não é uma forma convencional para fazer pedidos em turco. Entretanto, dado que ela costumeiramente chama alguém para pegar objetos das prateleiras mais altas da cozinha, a filha o interpreta como um pedido polido, sugerindo que a polidez não é uma característica intrínseca dos enunciados, mas decorre de uma avaliação subjetiva das intenções do comunicador.

Se a comunicação humana é intencional em sentido amplo, fenômenos de polidez poderiam ser mais bem investigados como atribuições direcionadas ao comportamento (linguístico) no domínio da intencionalidade. Para a autora, isso gera implicações sobre o vínculo entre polidez e intenções do falante, sobre a fronteira entre atos ilocucionários e efeitos perlocucionários, e entre polidez antecipada/despercebida e polidez inferida/percebida.

Ruhi argumenta que efeitos perlocucionários precisam ser mais bem explorados. Conforme argumenta Bach (1994), reconhecer a intenção do falante, como propõe a Teoria de Grice (1969, p. 151) e é retomado pela Teoria dos atos de fala de Austin (1962), destaca a força ilocucionária do enunciado em detrimento de seus efeitos perlocucionário sobre crenças, atitudes e comportamentos do destinatário. A ascendência da intenção do falante, contudo, vem sendo contestada em vários estudos<sup>25</sup>, pois intenções podem não ser fixas ou determinadas *a priori* (HAUGH, 2007, p. 95), podem ser mal interpretadas (GIBBS, 1999), ou reinterpretadas *a posteriori*.

Ruhi (2008, p. 291) apresenta a tradução inglesa de um exemplo em japonês retirado de Haugh (2007, p. 95) para demonstrar a deficiência de fundamentar a interpretação do enunciado unicamente no reconhecimento das intenções de falante.

(2) Mãe e sua filha estão andando na rua em direção à estação de trem em Tóquio.

Mãe – I thought I had brought a hankie along but...

Eu achei que tivesse trazido um lenço, mas...

Filha – (entrega um lenço à mãe).

Mãe – Oh, thanks.

Ah, obrigada.

Conforme Haugh (2007), dada a ambiguidade do comentário da mãe, não é possível determinar se o enunciado era um pedido polido de um lenço. Apesar disso, a filha assim o interpretou, revelando habilidade de observar o que a mãe estava procurando e para que fim. Segue disso que efeitos perlocucionários como estes, embora ilimitados e indefinidos, podem proporcionar uma investigação mais aprofundada sobre polidez comunicacional.

A noção de efeito perlocucionário é retomada na distinção que Ruhi faz entre fenômenos de polidez percebida e despercebida. Conforme a autora (2008, p. 297), em vez de distingui-los “em termos de presença ou falta de implicatura”, todos os fenômenos de polidez podem ser concebidos como “instâncias de efeito perlocucionário que dizem respeito a implicações relativas à natureza da relação social”, de modo que atos polidos inesperados seriam levados à *consciência primária* e atos polidos convencionais seriam processados na *consciência de*

<sup>25</sup> Ruhi (2008, p. 291) cita, por exemplo, Arundale (1999), Gibbs (1999), Haugh (2007).

*background*<sup>26</sup>. Posto isso, a percepção da polidez é uma implicação potencial do ouvinte sobre as atitudes das pessoas em relação a si e/ou a significativos outros (p. 298).

Embora a Teoria da Relevância explique o significado prevalentemente a partir do reconhecimento das intenções do falante, Ruhi (1998) concentra-se em aspectos que sugerem que ela pode tratar de uma intencionalidade em sentido amplo. A distinção entre comunicação ostensiva e transporte de informação emerge nos dois exemplos da autora. Em (1), a mãe chama a atenção da filha ostensivamente – *princípio comunicativo* – justificando a busca da relevância da filha em termos de intenção: a suposição de que a mãe estava pedindo ajuda na cozinha foi transmitida e comunicada. Em (2), a comunicação não é ostensiva, e a busca por relevância decorre do *princípio cognitivo de relevância*: a suposição de que a mãe estava solicitando um lenço foi transmitida, mas não comunicada.

Em Teoria da Relevância, enunciados restringem o ambiente cognitivo dos interlocutores. Para interpretá-los, os ouvintes “seguem um caminho de menor esforço” e param “quando as expectativas de relevância são satisfeitas”. Assim, eles procuram por uma única interpretação otimamente relevante e não insistem na derivação de outras suposições, a menos que o enunciado justifique. Neste processo, os ouvintes constroem hipóteses sobre conteúdos explícitos dos enunciados (explicaturas), premissas contextuais pretendidas e conclusões contextuais pretendidas (implicaturas). Justamente a distinção entre explicaturas e implicaturas, que fundamenta a distinção entre comunicação forte e fraca em Teoria da Relevância, é o ponto essencial para a argumentação de Ruhi. Dado que é o ouvinte que faz suposições quanto à intenção comunicativa de um enunciado, a autora argumenta que é difícil categorizar informações transmitidas pelos enunciados como ostensivamente comunicadas<sup>27</sup>.

Em seguida, a autora fornece exemplos para mostrar que não é necessário postular a mediação de uma intenção polida para caracterizar polidez (des)percebida, de modo que um enunciado não convencional pode ser processado como um enunciado convencional. Para isso, utiliza-se da noção de explicaturas de nível superior, incorporando a proposição expressa em uma descrição apropriada do ato de fala ou da atitude proposicional. Nessa incorporação, construções e comportamentos polidos agem como restrições processuais da interpretação<sup>28</sup>.

<sup>26</sup> Ruhi (2008, p. 297) acolhe a distinção entre *consciência primária* e de *background* de O’Driscoll (1996).

<sup>27</sup> Ruhi (2008, p. 301, grifos no original) complementa: “Como a busca por relevância e o procedimento de compreensão se aplicam às informações transmitidas e às informações às quais o falante chama explicitamente atenção (isto é, a intenção comunicativa), é provável que os ouvintes desenvolvam suposições sobre qualquer tipo de informação. Como apontado em Sperber e Wilson (1995, p. 199), “[aqui] pode não haver um ponto de corte fácil entre suposições fortemente apoiadas pelo falante, e suposições derivadas do enunciado, mas de responsabilidade exclusiva do ouvinte”.

<sup>28</sup> Ruhi (2008, p. 303, grifos no original) complementa: “Esta distinção é importante para a investigação de construções convencionalizadas associadas com polidez (por exemplo, *Você pode..., Você se importa..., etc.*), uma vez que sugere que o destinatário não teria que “escolher seu caminho através de uma cadeia de suposições *inferidas*” para chegar ao significado pretendido devido à sua “frequência de ocorrência” como “instanciações de polidez” (WATTS, 2003, p. 193; grifos do autor). Nesse sentido, estímulos verbais e não verbais convencionalizados (por exemplo, silêncios, sorrisos) seriam expressões de significado processual que dão origem à derivação de uma explicatura de alto nível do ato de fala que pode ser percebida como polida (RUHI, 2007)”.

Ruhi (1998, p. 306-307), então, propõe que a metarrepresentação da polidez em termos intencionais, considerando metarrepresentações avaliativas dos atos sociais dos interlocutores, deveria incorporar quatro níveis de descrição: (a) uma explicatura básica que expressa um atributo positivo do destinatário; (b) uma explicatura de nível superior envolvendo uma atitude positivamente marcada em relação à proposição expressa; (c) uma metarrepresentação da intencionalidade do enunciado em relação aos objetivos interacionais interpessoais e/ou transacionais; e (d) uma atribuição de sinceridade ou de valor-de-face genuíno em relação à polidez do enunciado.

Em síntese, ao conceber polidez como metarrepresentação opcional de atitudes interpessoais (HAUGH, 2007, p. 91) no domínio da intencionalidade, Ruhi (2008) abre espaço para pensá-la como efeito perlocucionário. Isso põe em xeque abordagens intencionais e, por consequência, afeta uma apreciação do fenômeno como algo integrado a planos de ação em direção à consecução colaborativa de metas. Estímulos ostensivos, portanto, podem ser tratados como neutros ou (im)polidos a despeito de terem sido projetados como tais ou de terem sido encobertos, um aspecto que demanda por aprofundamento.

## 6 Polidez, relevância e cognição social situada

Chen (2014) propõe que a polidez deve ser estudada como cognição social situada. Para desenvolver a ideia, o autor (2014, p. 118) retoma da literatura três situações interpretadas como polidas, pois, conforme Brown e Levinson (1987), a primeira situação cumpre expectativas sobre comportamento social polido, a segunda beneficia as ações do ouvinte e a terceira mitiga a ameaça da face negativa do ouvinte ao explicar o motivo para furar a fila.

Situação 1: Duas idosas viajam em um ônibus. Quando se aproxima de uma parada programada, a primeira enuncia: “Próxima parada, motorista”. Mais adiante, em uma parada não programada, a segunda diz: “Você acha que poderia me deixar depois dos semáforos, por favor?” (THOMAS, 1995, p. 131).

Situação 2: Um casal está tentando escolher um prato em um restaurante. O marido diz: “Você escolhe”. (THOMAS, 1995, p. 131).

Situação 3: Um homem fura uma fila e diz: “Você se importa se eu furar a fila? Meu treinador sai em cinco minutos, preciso encontrá-lo. Fiquei preso no trânsito”. (WATTS, 2003, p. 29).

Chen (2014, p. 122) concorda também que a comunicação interpessoal não se resume à troca de informações, mas é um processo interpessoal de significados sociais nos quais se negociam identidades, papéis e relações. A construção de sentido interpessoal é social e cognitiva e envolve “um sistema ambiental mental-linguageiro-social situado, socialmente distribuído e dinâmico” (LANGLOTZ, 2010, p. 167)<sup>29</sup>.

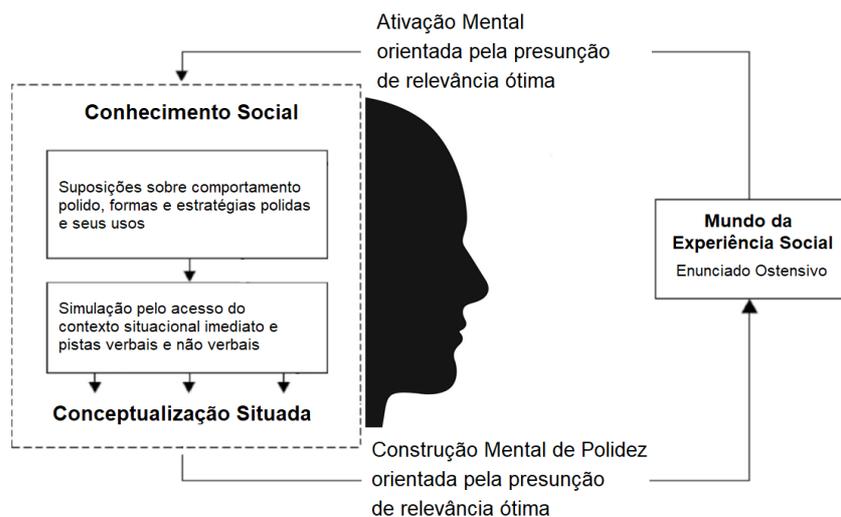
A elaboração cognitiva compartilhada de sentido interpessoal começa com a percepção de estímulos sociais no mundo da experiência social, passa pela ativação de conhecimentos sociais e termina com uma representação mental dos estímulos sociais, que evolui dinamicamente,

<sup>29</sup> No original: “a situated, socially distributed, and dynamic mind-language-social environment system”.

na medida em que a comunicação se desdobra em novos estímulos sociais<sup>30</sup>. Assim, práticas sociais de linguagem são atividades colaborativas de sinalização ou lembrete que vinculam a mente dos participantes com o ambiente social, criando “representações mentais socialmente compartilhadas da realidade social” (p. 123). Portanto, interpretar o comportamento verbal do falante como polido, neutro (ou político) ou impolido implica ativar conhecimentos sociais relacionados sobre normas e formas polidas.

Para Chen (2014, p. 125), processar polidez enquanto propriedade de enunciados situados<sup>31</sup> é questão de cognição social situada orientada pela presunção de relevância. Para avaliá-la, o ouvinte, de modo integrado e paralelo, (a) deriva novas suposições na decodificação e no enriquecimento dos enunciados, (b) ativa suposições de fundo e (c) avalia o contexto sociossituacional imediato (ver figura 2). Assim, o significado social de enunciados polidos pode ser (a) uma explicatura básica (RUHI, 2008), (b) uma explicatura de nível superior (RUHI, 2008), (c) uma implicatura fraca ou uma combinação dessas opções. Esse significado pode ser transmitido a partir do uso de formas linguísticas convencionais (situação 1), da expressão de certos conteúdos (situação 2), do desencadeamento de associações (situação 3) ou ainda da combinação de duas ou de todas essas três opções.

Figura 2: Cognição social situada orientada pela relevância.



Fonte: Chen (2014, p. 126).

Segundo Chen (2014 p. 126), a decodificação de formas convencionalmente polidas – a interrogação, o modal ‘possivelmente’ e o marcador de polidez convencional ‘por favor’ da segunda mulher idosa na situação 1 – ativará no motorista suposições sociais de fundo como:

<sup>30</sup> Conforme Langlotz (2010, p. 169), “a influência mútua e recíproca que os interagentes exercem uns sobre os outros motiva, constrange e orienta seus processos de criação de sentido cognitivo. Este complexo sistema sociocognitivo, ao invés dos sistemas cognitivos de indivíduos interagindo sozinhos, definem o escopo da criação do significado social”. Citado também por Chen (2014, p. 123).

<sup>31</sup> Conforme Chen (2014, p. 125), “uma espécie de significado social derivado da compreensão ou da interpretação dos enunciados que, como estímulos sociais, podem afetar seu ambiente cognitivo”.

(i) Todas essas formas são marcadores convencionais de polidez, convencionalmente usadas para viabilizar um pedido em favor próprio.

(ii) Embora tanto “por favor” quanto a forma de enunciados interrogativos sejam marcadores convencionais de polidez no sentido de aderir aos códigos sociais de boa conduta, “poderia” como um marcador convencional de polidez é mais um tipo estratégico.

(iii) Tanto o “por favor” como a forma de enunciados interrogativos são convencionalmente usadas por pessoas de serviço; eles também são convencionalmente usados entre pessoas a uma distância social.

(iv) “possivelmente” é usado regularmente por um inferior ao seu superior; também é usado comumente por alguém que espera um interlocutor igual atender a um pedido impositivo; também é usado comumente por alguém que espera de um interlocutor que ele cumpra um pedido impositivo.

(v) O uso dessas formas em seu contexto convencional é convencionalmente marcado com algumas características prosódicas, como tom e uma voz suave.

O motorista não acessa todas essas suposições, mas seleciona aquelas consistentes com a presunção de relevância ótima – (i), (ii), a segunda parte de (iii), (iv) e (v), mas não a primeira parte de (iii) e (iv) ou a terceira parte de (iv) – porque elas interagem com informações *ad hoc* sobre agentes (motorista/passageiro) e contexto (uma parada não programada). Com isso, ele é capaz de interpretar o uso de formas educadas da idosa como um pedido polido.

Na Situação 2, processar o conteúdo da frase “Você escolhe” pode gerar suposições sobre generosidade. Se essas suposições correspondem com aquelas derivadas da avaliação do contexto situacional imediato, a esposa irá interpretar o enunciado do marido como comunicando polidez na forma de uma explicatura interpessoal (2014, p. 128).

Na Situação 3, suposições veiculadas pelo próprio enunciado (a saída do treinador; a necessidade de alcançá-lo; a questão do tráfego) combinadas com a avaliação do contexto situacional imediato (o objetivo do falante de alcançar o treinador) leva-o a inferir que o falante fez uma solicitação indireta. Isso pode tornar mais manifestas suposições de fundo sobre polidez que evitam que o falante seja interpretado como ofensivo: “uma espécie de implicatura fraca de natureza interpessoal” (p. 129).

Em síntese, explorando o processamento cognitivo de polidez em casos de uso situado de formas, conteúdos e associações convencionais polidas, Chen (2014) argumentou que processar polidez é questão de cognição social situada com interação dinâmica de suposições de várias fontes; que a cognição social situada do comportamento polido, um ato conjunto consciente em vários graus, é orientada para a relevância; e que o processamento de manifestações polidas em contextos dinâmicos é relevante na medida em que produz efeitos cognitivos interpessoais. Por hipótese, essas características podem ser extrapoladas numa perspectiva abdução-dedutiva, de modo que o processamento e,

sobretudo, a abdução de comportamentos polidos pode ser tratada no contexto de planos de ação intencional<sup>32</sup>.

## 7 Considerações finais

Os trabalhos destacados neste ensaio sugerem que a Teoria da Relevância é capaz de lidar com dimensões sociais ou interpessoais como demandam os estudos de polidez. Contudo, endossamos Chen (2014, p. 117) quando afirma que, apesar dos avanços, surgiram questões novas sobre a (ir)relevância de formas convencionais polidas em contextos padrão; o próprio conceito de polidez (adequação social, manutenção ou melhoria de relações sociais, efeito perlocucionário); a função da intenção; a ativação de *frames*, esquemas etc.; e a função de atos sociais individuais ou conjuntos.

Ao tratar formas e estratégias polidas despercebidas como irrelevantes, Escandell-Vidal (1998) e Jary (1998) excluem avaliações subatentas de polidez no processamento de fórmulas convencionais. Isso sugere a necessidade de olhar até que ponto fórmulas convencionais são tratadas em primeiro plano no processamento de estímulos comunicacionais e, numa perspectiva de heteroconciliação, nos planos de ação intencional.

A distinção entre transmissão de informação acidental e intencional e transmissão de informação intencional encoberta e aberta sugere descompassos entre o domínio do que se estuda em polidez e em Teoria da Relevância. Se o olhar da Teoria da Relevância se restringe à comunicação ostensiva, como fazem Escandell-Vidal (1998) e Jary (1998), podem ser deixados praticamente intocados efeitos perlocucionários de polidez (RUHI, 2008). Visto que a Teoria de Conciliação de Metas trata de interações comunicativas no contexto de planos de ação intencional em direção à heteroconciliação de metas práticas, sugerindo um olhar para a transmissão intencional aberta e, em alguma medida, encoberta de informações, efeitos perlocucionários acidentais de polidez escapariam de seu escopo descritivo-explanatório uma vez que são manifestos ao ouvinte, mas não mutuamente manifestos.

Escandell-Vidal (1998) e Ruhi (2008) não explicam como *frames*, esquemas etc. são evocados ou dinamicamente ativados na interpretação de polidez, de modo que ao mesmo enunciado poderiam ser atribuídas interpretações neutras ou (im)polidas em diferentes contextos. Essa questão também precisa ser considerada do ponto de vista de planos de ação intencional do comunicador, pois a abdução estratégica de estímulos neutros ou (im)polidos, como sugere Jary (1998), pode ser influenciada por essas evocações/ativações. Neste particular, os *insights* de Chen (2014) precisam ser considerados.

Escandell-Vidal (1998), Jary (1998) e Ruhi (2008) tendem a tratar polidez como atos individuais envolvendo o reconhecimento da intenção do falante ou a atribuição de uma intenção polida do ouvinte, deixando a descoberto a apreciação de atos polidos como atos conjuntos. Se tratarmos os planos de ação intencional como reduzidos à

<sup>32</sup> E, assim, lidando com transmissão de informação intencional aberta ou encoberta. Transmissões acidentais permanecem como desafios.

heteroconciliação de uma meta prática de agentes isolados, esse tipo de situação pode ser replicado em Teoria de Conciliação de Metas, valendo a pena, mais uma vez, revisitar a proposta de Chen (2014).

Seguindo Rauen (2014), todos esses estudos são *reativos*, na medida em que dão conta exclusivamente de um ouvinte interpretando um enunciado, pouco ou nada dizendo sobre o caráter proativo do falante, e *reducionistas*, na medida em que assimilam comunicação a trocas informacionais, pouco ou nada dizendo sobre as metas práticas dos falantes<sup>33,34</sup>. Seguramente, um olhar proativo e prático sobre o que os comunicadores pretendem e fazem merece ser perseguido para a compreensão da polidez comunicacional.

## Referências

- ARUNDALE, R. An Alternative Model and Ideology of Communication for an Alternative to Politeness Theory. **Pragmatics**, v. 9, p. 119-154, 1999.
- AUSTIN, J. L. **How to do Things with Words**. New York: Oxford University Press, 1962.
- BACH, K. Meaning, Speech Acts, and Communication. In: HARNISH, R. M. (Ed.). **Basic Topics in the Philosophy of Language**. New York: Prentice-Hall, 1994.
- BRATMAN, M. E. **Faces of Intention**: Selected Essays on Intention and Agency. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**: some Universals in Language Usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CHEN, X. Politeness Processing as Situated Social Cognition: a RT-Theoretic Account. **Journal of Pragmatics**, n. 71, p. 117-131, jul. 2014.
- CHRISTIE, C. Relevance Theory and Politeness. **Journal of Politeness Research**, v. 3, n. 2, p. 269-294, 2007.
- CLARK, B. Relevance and “Pseudo-Imperatives”. **Linguistics and Philosophy**, v. 16, p. 79-121, 1993.
- COUPLAND, N.; JAWORSKI, A. Relevance, Accommodation and Conversation: Modeling the Social Dimension of Communication. **Multilingua**, v. 16, n. 2/3, p. 233-258, 1997.
- CULPEPER, J. Politeness and Impoliteness. In: AIJMER, K.; ANDERSEN, G. (Eds.) **Sociopragmatics**. V. 5. Berlin: Mouton de Gruyter, 2011. p. 391-436.
- ESCANDELL-VIDAL, V. Towards a Cognitive Approach to Politeness. **Contrastive Semantics and Pragmatics**, v. 2, n. 18, p. 629-650, 1996.
- ESCANDELL-VIDAL, V. Politeness: A Relevant Issue for Relevance Theory. **Revista Alicantina de Estudios Ingleses**, Madrid, n. 11, p. 45-57, 1998.

<sup>33</sup> Conforme Rauen (2018, p. 23), “a arquitetura [da teoria da relevância] é reducionista porque restringe a comunicação a trocas informacionais; e a arquitetura é reativa porque dá conta exclusivamente do ouvinte interpretando um enunciado, pouco ou nada dizendo sobre o papel do falante” (colchetes nossos). Ver também Escandell-Vidal (2006, p. 135-137).

<sup>34</sup> Embora Jary (1998) destaque metas de curto e de longo prazo dos falantes para elaborar seu conceito estratégico de polidez, não há uma descrição mais detalhada do papel dessas metas para a emergência dos estímulos.

- ESCANDELL-VIDAL, V. **Introducción a la Pragmática**. 2. ed. Barcelona: Ariel Lingüística, 2006.
- FRASER, B. Perspectives on Politeness. **Journal of Pragmatics**, v. 14, p. 219-236, 1990.
- GIBBS, R. W. **Intentions in the Experience of Meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- GOFFMAN, E. **Interaction Ritual: Essays on Face to Face Behavior**. Chicago: Aldine, 1967.
- GRICE, H. P. Utterer's Meaning and Intention. **The Philosophical Review**, v. 78, n. 2, p. 147-177, 1969.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (Eds.). **Syntax and Semantics**. V. 3: Speech Acts. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.
- GROEFSEMA, M. Can, May, Must and Might: a Relevance-Theoretic Account. **Journal of Pragmatics**, n. 31, p. 53-79, 1995.
- HAUGH, M. The Co-constitution of Politeness Implicature in Conversation. **Journal of Pragmatics**, n. 39, p. 840-110, 2007.
- HAUGH, M. **Im/politeness Implicatures**. De Gruyter Mouton, 2015.
- HYMES, D. Ways of Speaking. In: BAUMAN R.; SHERZER, J. (Eds.). **Explorations in the Ethnography of Speaking**. Cambridge: Cambridge U. P., 1974. p. 433-451.
- JARY, M. Relevance Theory and the Communication of Politeness. **Journal of Pragmatics**, n. 30, p. 1-19, 1998.
- JUCKER, A. The Relevance of Politeness. **Multilingua**, v. 7, n. 4, p. 375-384, 1988.
- KASPER, G. Linguistic Politeness: Current Research Issues. **Journal of Pragmatics**, v. 14, p. 193-218, 1990.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les interactions verbales**. v. 3. Paris: Armand Colin, 1994.
- LAKOFF, R. **Language and Woman's Place**. New York: Harper and Row, 1975.
- LANGLOTZ, A. Social Cognition. In: LOCHER, M. A., GRAHAM, S. (Eds.). **Interpersonal Pragmatics**. Handbook of Pragmatics, v. 6. Mouton de Gruyter, Berlin, 2010. p. 167-204.
- LEECH, G. **Principles of Pragmatics**. Londres: Longman, 1983.
- LOURENÇO, B. P.; GODOI, E. A polidez e seu viés cognitivista: uma aproximação da teoria da relevância. **Versalete**, Curitiba, v. 5, n. 8, jan./jun. 2017.
- MEY, J. L.; TALBOTT, M. Computation and the Soul. **Journal of Pragmatics**, v. 12, p. 743-789, 1988.
- MINSKY, M. A Framework for Representing Knowledge. In: WINSTON, P. H. (Ed.). **The psychology of Computer Vision**. New York: McGraw-Hill, 1975. p. 211-277.
- MINSKY, M. **The Society of Mind**. New York: Simon & Schuster, 1986.

- O'NEILL, J. Relevance and Pragmatic Inference. **Theoretical Linguistics**, v. 15, p. 241-261, 1988.
- RAUEN, F. J. For a Goal Conciliation Theory: Ante-Factual Abductive Hypotheses and Proactive Modelling. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 595-615, set./dez. 2014.
- RAUEN, F. J. Por uma modelação abdutivo-dedutiva de interações comunicativas. In: TENUTA, A. M.; COELHO, S. M. (Org.). **Uma abordagem cognitiva da linguagem** [livro eletrônico]: perspectivas teóricas e descritivas. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018. p. 13-29.
- RUHI, S. Higher-Order Intentions and Self-Politeness in Evaluations of (Im)politeness: The Relevance of Compliment Responses. **Australian Journal of Linguistics**, v. 27, n. 2, p. 107-145, 2007.
- RUHI, S. Intentionality, Communicative Intentions and the Implication of Politeness. **Intercultural Pragmatics**, n. 5, p. 287-314, 2008.
- RUMELHART, D. E. Notes on a Schema for Stories. In: BOBROW, D. G.; COLLINS, A. M. (Eds.). **Representation and Understanding**. New York, Academic Press, 1975. p. 211-236.
- RUYTENBEEK, N. Indirect Requests, Relevance and Politeness. **Journal of Pragmatics**, v. 142, p. 78-89, 2019.
- SANFORD, A.; GARROD, S. **Understanding Written Language: Exploration in Comprehension Beyond the Sentence**. Chichester: John Wiley, 1981.
- SCHANK, R.; ABELSON, R. **Scripts, Plans, Goals and Understanding: An Inquiry into Human Knowledge Structures**. Hillsdale: Erlbaum, 1977.
- SEARLE, J. R. **Intentionality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- SPERBER, D. **Explaining Culture**. Oxford: Blackwell, 1996.
- SPERBER, D. Intuitive and Reflective Beliefs. **Mind & Language**, v. 12, n. 1, p. 67-83, 1997.
- SPERBER, D; WILSON, D. **Relevance: Communication & Cognition**. 2<sup>nd</sup>. ed. Oxford: Blackwell, 1995. (1<sup>st</sup>. ed. 1986).
- WATTS, R. **Politeness**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- WATTS, R. Relevance and Relational Work: Linguistic Politeness as Politic Behaviour. **Multilingua**, v. 8, n. 2/3, p. 131-166, 1989.
- WILSON, D.; SPERBER, D. Linguistic Form and Relevance. **Lingua**, v. 90, p. 1-25, 1993.
- YUS, F. **Relevance Theory Online Bibliographic Service**. Disponível em: <https://personal.ua.es/francisco.yus/rt.html>. Acesso em 15 dez. 2019.

Artigo enviado em: 08/06/2020. Aprovado em: 22/07/2020.